

Lei 12.846/13: O que sua diretoria precisa saber sobre as sanções de corrupção

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 21/07/2026



O que pune a lei anticorrupção empresarial são atos ilícitos contra a administração pública, incluindo corrupção, fraude e favorecimento, sujeitando empresas a multas, perda de bens e outras sanções legais previstas na Lei 12.846/13.

O que pune a lei anticorrupção empresarial pode parecer complexo, mas é essencial para a gestão responsável. Já pensou como isso reflete no dia a dia das decisões de uma diretoria? Vamos destrinchar os pontos que você precisa conhecer para evitar riscos e fortalecer sua empresa.

Entenda o que a lei anticorrupção empresarial pune

A Lei 12.846/13, conhecida como lei anticorrupção empresarial, pune práticas que envolvem atos contra a administração pública, direta ou indireta. Entre os principais crimes estão o pagamento de propinas, fraudes em contratos, e favorecimento indevido. Essas ações trazem sérias consequências para as empresas, incluindo multas altíssimas que podem chegar a 20% do faturamento anual. Além disso, a lei também responsabiliza pessoas jurídicas por atos praticados em seu benefício, mesmo

que sem o conhecimento dos dirigentes.

Destacar as condutas punidas é fundamental. Isso inclui corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro relacionada a atos ilícitos, e obstrução de investigações. A legislação visa criar um ambiente empresarial mais ético, coibindo comportamentos que afetem a competição justa no mercado e a integridade das relações comerciais.

Outro ponto importante é a exigência de implementação de programas de compliance efetivos dentro das organizações. Esses programas servem para prevenir, detectar e responder a irregularidades, ajudando a mitigar riscos e reduzir as penalidades aplicadas pela lei.

Entender o que a lei anticorrupção pune é essencial para que diretores e gestores adotem práticas transparentes e evitem prejuízos financeiros e reputacionais. Empresas conscientes dessa responsabilidade tendem a ganhar mais confiança do mercado e de órgãos reguladores.

Principais sanções aplicadas às empresas

As sanções previstas na **Lei 12.846/13** podem ser severas e impactar diretamente a saúde financeira e reputacional das empresas. Entre as principais penalidades estão as multas que variam de 0,1% até 20% do faturamento bruto anual da empresa no exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. Em casos de proporção, pode-se chegar a valores ainda maiores.

Além das multas, a lei prevê outras punições como:

- **Perda de bens, direitos ou valores** vinculados à prática ilícita;
- **Proibição de receber incentivos fiscais e créditos facilitados** concedidos por órgãos públicos;

- **Suspensão ou interdição de atividades** relacionadas ao ato ilícito;
- **Publicização da infração** após o trânsito em julgado da decisão.

Essas sanções buscam não apenas punir, mas também **inibir práticas corruptas** e promover a ética empresarial. Importante salientar que a aplicação das sanções depende da gravidade do ato, da colaboração da empresa na investigação e da existência de programas eficazes de compliance.

Empresas que adotam medidas preventivas podem ter mitigadas suas penalidades, visto que a lei incentiva a responsabilidade corporativa e a criação de mecanismos internos para coibir irregularidades.

Por isso, entender as sanções impostas pela lei é fundamental para a diretoria atuar de forma estratégica e evitar impactos negativos.

O papel da diretoria diante das responsabilidades legais



A diretoria tem papel fundamental para garantir que a empresa cumpra as exigências da **Lei 12.846/13**. Ela é responsável por estabelecer políticas claras de ética e compliance, assegurando que toda a equipe entenda a importância da prevenção contra atos ilícitos. **Além disso**, a diretoria deve promover treinamentos regulares e monitorar continuamente os processos internos para detectar e mitigar riscos de corrupção.

Um aspecto central dessa responsabilidade é a implementação de um programa de compliance eficiente, que envolva códigos de conduta, canais de denúncia e auditorias periódicas. Esse programa deve ser atualizado conforme as mudanças legais e riscos identificados no ambiente de negócios.

Também é função da diretoria reagir prontamente diante de suspeitas ou confirmadas de práticas ilegais, cooperando com investigações e adotando medidas corretivas imediatas. A transparência e a responsabilidade na gestão são essenciais para minimizar as penalidades e preservar a reputação da

empresa.

O compromisso da diretoria com a cultura anticorrupção fortalece o posicionamento da empresa no mercado e contribui para relações comerciais mais confiáveis e duradouras.

Como a lei afeta a cultura e compliance corporativo

A **Lei 12.846/13** transformou significativamente a cultura corporativa ao exigir que as empresas incorporem práticas éticas e mecanismos rígidos de compliance em sua gestão. Isso significa que organizações precisam construir um ambiente onde a integridade e a transparência sejam valores centrais.

Essa mudança implica no desenvolvimento de programas de compliance que **ajudam a prevenir, identificar e corrigir** comportamentos irregulares antes que gerem problemas legais. Esses programas incluem treinamentos regulares, canais seguros para denúncias e auditorias constantes.

Adotar a cultura anticorrupção reforça a confiança de clientes, parceiros e investidores, além de reduzir riscos financeiros e reputacionais. A lei pressiona a liderança a se engajar na promoção ética, influenciando positivamente toda a organização.

Outro efeito importante é a necessidade de **adequação dos processos internos**, com políticas claras, monitoramento constante e medidas disciplinares para condutas inadequadas. Isso cria um ciclo virtuoso que fortalece a governança corporativa e torna as práticas de compliance um diferencial competitivo.

Medidas práticas para evitar

penalidades aplicadas pela lei

Para evitar penalidades previstas na **Lei 12.846/13**, as empresas devem adotar medidas práticas centradas em programas robustos de compliance. Isso inclui a implementação de políticas claras contra corrupção e a realização de treinamentos regulares com todos os colaboradores para conscientização sobre riscos e responsabilidades.

Canais de denúncia anônimos também são fundamentais, permitindo que irregularidades sejam reportadas sem medo de retaliação. A empresa deve garantir o acompanhamento e investigação rápida dessas denúncias.

Outra ação importante é a realização de auditorias internas para monitorar processos e identificar possíveis falhas que possam facilitar a prática de atos ilícitos. Essas auditorias ajudam a manter controles eficazes e corrigir desvios rapidamente.

Além disso, a alta direção deve estabelecer um ambiente ético, reforçando a responsabilidade de todos, desde os gestores até os colaboradores de base. A cultura organizacional deve valorizar a transparência e o respeito às normas legais.

Essa combinação de ações práticas fortalece o compliance e reduz consideravelmente os riscos de sanções, protegendo a empresa de prejuízos financeiros e danos à imagem.

Considerações finais sobre a lei anticorrupção empresarial

Entender o que a lei anticorrupção empresarial pune e as sanções aplicadas é essencial para a gestão responsável e estratégica. A diretoria deve assumir a responsabilidade legal e promover uma cultura de compliance rígida e transparente.

Adotar medidas práticas como programas de compliance eficazes, treinamentos e canais de denúncia pode evitar penalidades severas e proteger a reputação da empresa. Investir em ética e transparência fortalece a confiança no mercado e garante o crescimento sustentável.

Assim, estar preparado para cumprir a Lei 12.846/13 é um diferencial que traz segurança para a empresa e para todos os seus stakeholders.

FAQ – Perguntas frequentes sobre a Lei Anticorrupção Empresarial

O que a Lei 12.846/13 pune nas empresas?

A Lei 12.846/13 pune atos de corrupção como pagamento de propinas, fraudes em contratos e favorecimento indevido, responsabilizando as empresas por práticas ilícitas.

Quais são as principais sanções aplicadas às empresas?

As sanções incluem multas de até 20% do faturamento, perda de bens, suspensão de atividades e proibição de receber incentivos fiscais.

Qual o papel da diretoria diante das responsabilidades legais?

A diretoria deve implementar políticas de compliance, promover treinamentos e agir rapidamente diante de suspeitas para garantir conformidade e minimizar riscos.

Como a lei afeta a cultura e compliance

corporativo?

A lei impõe a adoção de práticas éticas, programas de compliance e transparência, reforçando a governança e a prevenção contra irregularidades.

Quais medidas práticas as empresas podem adotar para evitar penalidades?

Implementar programas de compliance, oferecer treinamentos, criar canais de denúncia, realizar auditorias e promover uma cultura ética são fundamentais para evitar penalidades.

A empresa pode reduzir penalidades com programas de compliance?

Sim, programas eficazes de compliance podem mitigar sanções ao demonstrar o comprometimento da empresa em prevenir e corrigir atos ilícitos.

[Fale com um especialista](#)